

cendo, vão perdendo força e adquirindo malícia. De modo que o velho não tem força nenhuma, mas muita malícia. Analisem a expressão INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instituto Nacional de Colonização é a idéia principal; reforma agrária, idéia acessória. Colonização, principal, reforma agrária, secundária. Colonização hoje, reforma agrária amanhã, se for possível. Reforma Agrária é o primo pobre, colonização é o primo rico. O INCRA não faz, não fez e é provável que jamais fará reforma agrária."

17 - SUGESTÕES

1 - Criação de uma empresa de colonização, sob a forma de empresa pública, para operar em moldes empresariais a colonização na Amazônia. Apresentação de projeto nesse sentido;

2 - Reformulação da política de concessão de grandes áreas;

3 - Revogação das Resoluções 005 e 006;

4 - Aplicação da legislação que define a Reforma Agrária;

5 - Reformulação do Poder Judiciário e do sistema de cartório, como meio de prevenir as fraudes nos registros e transmissão de propriedades;

6 - Transformação do INCRA em órgão promotor da Reforma Agrária, deixando de ser seu obstáculo, como ocorre atualmente;

7 - Justiça Agrária;

8 - Providências contra corrupção e grilagem no setor fundiário;

9 - Vincular o INCRA diretamente à Presidência da República;

10 - Uma política definida e clara com relação às terras devolutas e a ocupação dos espaços vazios no Brasil;

11 - Reestruturação da FUNAI com relação à preservação das áreas indígenas;

12 - Encaminhamento imediato de todas as denúncias de fatos criminosos e respectivos documentos, que chegaram a esta CPI, destinados às autoridades competentes, sendo que os documentos relativos à grilagem sejam imediatamente encaminhados ao Senhor Procurador Geral da República;

13 - Encaminhamento imediato, ao Senhor Presidente da República, das denúncias de todos os depoimentos prestados a esta CPI pelos Bispos da Igreja Católica;

14 - Criação de pelo menos 5 (cinco) projetos de assentamento de colonos em Rondônia e, pelo menos, outros tantos no Acre, tendo em vista atender milhares de famílias que já se encontram na região, sem terra para trabalhar, uma vez que este ano o INCRA não fez previsão para destinar lotes a colonos da região;

15 - Criação de pelo menos 2 (dois) projetos de assentamento de colonos na região de Humaitã e de Lábrea;

16 - Criação de projeto de assentamento de colonos e seringueiros na região de Boca do Acre;

17 - Criação de um projeto de assentamento de colonos na região limítrofe Acre/Rondônia;

18 - Criação de projetos de assentamento de

19 - Transferência das atribuições para construção de estradas vicinais nas regiões objeto da colonização oficial para os órgãos encarregados da construção de estradas de âmbito federal DNER, de âmbito regional, DERs e de âmbito municipal;

20 - Atribuição às respectivas Secretarias de Saúde das responsabilidades pelos problemas de saúde nas áreas de colonização oficial;

21 - Transferência às Secretarias de Educação das responsabilidades pela construção de escolas e aplicação do ensino nas áreas da colonização oficial;

22 - Tanto quanto possível, buscar uniformização da legislação agrária nos Estados;

23 - Na preservação da ecologia, na Amazônia, impõe-se melhor aparelhamento do IBDF na região, providências imediatas devem ser adotadas com relação a devastação indiscriminada das florestas naquela região;

24 - Estabelecer a obrigatoriedade do reflorestamento na Amazônia; atualmente só existe o desmatamento;

25 - A supressão imediata da política da ocupação da Amazônia pela pata do boi, pela estratégia de ocupação humana da região, tornando o homem o centro dos programas governamentais;

26 - Amparo social ao homem da região amazônica, atualmente esquecido pelos programas oficiais, preocupados apenas com obras físicas;

27 - Uma presença efetiva da fiscalização do Ministério do Trabalho nos projetos em implantação pelos incentivos fiscais, para evitar a escravidão branca;

28 - Possibilidade de acesso à terra aos seringueiros localizados na Amazônia.

Reunião, Realizada em 10 de março de 1977

Depoente: João Carlos de Souza Meirelles
Presidente da Associação de
Empresários da Amazônia.

O Sr. PRESIDENTE (DEPUTADO ODEMIR FURLAN)

Em discussão a ata da reunião anterior. Em votação. (Pause).
Aprovada.

O SR. DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles). - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO ODEMIR FURLAN) - Como um dos requerentes e atual Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as atividades

ligadas ao sistema fundiário em todo o território nacional, comunico a V. Exas. que, como primeiro depoente, ouviremos hoje o Dr. João Carlos de Souza Meirelles, Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, órgão que funciona com sede em Belém do Pará, há mais de 10 anos. Antes de passarmos a palavra ao ilustre depoente, que também foi Vereador na Capital paulista, tendo inclusive sido Presidente da Câmara de Vereadores de São Paulo e Líder da mesma Casa do ex-Prefeito Faria Lima. Cabe-nos aqui, mais uma vez, pedir a todos os membros desta CPI que façam perguntas pertinentes ao assunto para o qual a mesma foi convocada; que nossos depoentes permaneçam à vontade para prestar informações. Esclarecemos que eles poderão convocar o auxílio dos seus assessores, para complementação de perguntas que lhes sejam dirigidas pelos nobres Deputados, membros desta CPI. Às perguntas que o depoente não tiver condições de responder no momento, ele deverá fazê-lo por escrito, dentro do prazo de 15 dias. Passamos agora a palavra ao depoente Dr. João Carlos de Souza Meirelles.

O SR. DEPOENTE (João Carlos de Souza Meirelles) - Exmo. Sr. Deputado Odemir Furlan, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as atividades ligadas ao sistema fundiário em todo o território nacional; Excelência, nobre Deputado Genervino Fonseca, Vice-Presidente desta Comissão; Excelência, nobre Deputado Jorge Arbage, Relator da Comissão, Srs. membros efetivos desta Comissão, nobres Deputados Siqueira Campos, Inocêncio Oliveira, Nosser Almeida, Angelino Rosa, Vilmar Pontes, Mário Frota, Antônio Carlos e Jerônimo Santana, recebam a nossa presença como resposta a um convite extremamente agradável. É um privilégio, Sr. Presidente, que nós, empresários, vivendo a labuta diária do abrir uma nova fronteira para este País, poderemos vir ao augusto Plenário da Câmara dos representantes do Brasil, posto que é esta Casa efetivamente aquela que pode receber os diversos e os mais variados enfoques de uma política de desenvolvimento, prisma sob o qual haveremos de colocar nosso ponto de vista sobre os problemas fundiários em todo o território nacional para que desta Casa, com o privilégio de sermos ouvidos pelos parlamentares representantes de todos os Estados brasileiros e com a imprensa brasileira aqui presente, possamos transmitir a opinião pública deste País, o fruto da experiência vivida por mais de 150 grupos empresariais que a nossa Associação representa no exercício da atividade de conquistar para o País uma região de que tínhamos apenas parte da propriedade efetiva, e não a posse real. Para discorrermos, como nos foi solicitado, sobre os problemas de terras, em particular da Amazônia legal, gostaríamos de colocar as preliminares segundo as quais focalizamos o problema de terras, partindo de uma análise sintética do que entendemos o modelo econômico conveniente para esta Nação, alternativa que se nos é colocada neste instante pela História, qual seja a de nos transformarmos em potência, ou não, nos próximos 20 anos. E nos transformarmos em potência, efetivamente, não temos condições de pretendemos, à custa de um exclusivo desenvolvimento industrial, uma vez que as nações industriais do mundo têm um poder competitivo e de concorrência com os produtos que aqui produzimos, em quantidade e qualida-

de inmensamente maiores, pois dispõem de recursos para incorporar, a cada segundo, a tecnologia que às vezes demoramos a nos para incorporar ao processo industrial brasileiro. Dispõem eles de recursos, e nós não dispomos. Dispõem eles já de um parque industrial imenso, capaz de produzir produtos que estão sofisticadamente incorporados ao nível de demanda e de consumo das nações desenvolvidas, enquanto nós, como Nação industrial — haveremos de ser também Nação industrial — não podemos pretender uma prioridade para este processo de industrialização porque não dispomos dos recursos e da tecnologia necessários para entrarmos competitivamente no mercado mundial. De outra parte também não poderíamos ser, para este modelo de nação-potência, uma nação-potência comercial, porque não somos os potentados árabes que dispõem de volumes de recursos financeiros capazes de, interessante e convenientemente para eles, intermediar a transação de mercadorias essenciais às diversas nações do globo, auferindo o resultado dessa operação comercial. Resta-nos, objetivamente, a alternativa que, claramente, está colocada aos olhos dos 400 anos de gerações de brasileiros e de estrangeiros que vieram para cá e que hão de transformar realmente este País numa potência agrícola, numa potência pecuária, numa potência extrativista. Se analisarmos o contexto mundial da geografia do mundo, verificaremos que somos privilegiados em termos o maior território utilizado integralmente para essas atividades; e se compararmos, hoje o Brasil com as nações em vias de desenvolvimento ou até subdesenvolvidas, observaremos, também, que dispomos, nós, de uma área territorial imensa, maior do que a de qualquer nação africana ou asiática, ou mesmo maior do que a de qualquer outro lugar do mundo. Temos condições de ocupar, tranquilamente, mais de 75% do território nacional, apesar de todas as reservas ecológicas indígenas que queiramos conservar. Este é o primeiro grande e fundamental fator, o de dispormos de condições de terras utilizáveis e férteis, em posições ecológicas convenientes, porque não passam as parcelas de terras férteis deste País, parte do ano, submersas na neve, sob grandes enchentes ou em áreas semidesérticas. Temos apenas, em determinadas localizações do território nacional, algumas adequações convenientes em áreas mais secas, como as do Vale do São Francisco do Nordeste, onde temos o privilégio de contarmos com terras maravilhosamente férteis. Outro dado comparativo, que favorece a perspectiva de esta Nação se transformar em potência agrícola, pecuária e extrativista, é o da população brasileira. Nós, brasileiros, somos o povo realmente mais maravilhoso que existe sobre a face da terra, sem nenhum falso ufanismo, mas como realismo daqueles que — como nós e como V. Exas., Srs. Deputados, que conhecem este País palmo a palmo — conhecem o homem que conosco abriu as fronteiras deste País, desde as coxilhas do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina ou do Paraná, o sul de Mato Grosso ou oeste de São Paulo, e que, agora, conquistou a Amazônia — sabem que não existe nenhum povo no mundo, neste momento, em condições psicológicas, com disposição ao trabalho, em condições de transformar aquela esperança grande, maior, que inspira a atuação de cada brasileiro numa atuação objetiva e concreta de trabalho. Duvido mesmo — res-